

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.au.int

SC16383 – 13/13/9/10

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima-Oitava Sessão Ordinária

23 - 28 de Janeiro de 2016

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/945(XXVIII) Add.2

Original: Inglês

**CONVOCAÇÃO DE MAIS UMA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA
O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E
INTOLERÂNCIA AFINS
*(Ponto proposto pela Gâmbia)***

**CONVOCAÇÃO DE MAIS UMA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO,
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA AFINS**
(Ponto proposto pela Gâmbia)

OBJETIVOS

- Abordar todas as questões relacionadas com o histórico crime da escravatura, o comércio de escravos e o colonialismo e as novas e emergentes formas de escravidão contemporânea, desde que foi adoptada a Declaração e o Programa de Acção de Durban (DDPOA) adoptados na Conferência Mundial realizada em 2001, em Durban, África do Sul;
- Proceder a uma revisão exaustiva do DDPOA, passados quase 15 anos, com vista a avaliar os progressos feitos e os desafios encontrados na sua implementação, assim como traçar um novo e sólido caminho a seguir;
- Recalibrar a estratégia global para fazer face ao recente surto de ataques xenofóbicos, o extremismo violento, a radicalização, a desigualdade, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância a eles relacionada e os factores que dão origem aos mesmos;
- Galvanizar a comunidade internacional no sentido de voltar a cooperar com o discurso actual sobre os legados históricos devastadores do tráfico trans-atlântico de escravos, o colonialismo e o saque de artefactos e do património cultural e as questões conexas da restituição, indemnizações e expiação desses males, incluindo a necessidade de um acordo sobre estratégias para o seu alcance.

ACÇÕES NECESSÁRIAS AO NÍVEL DA UNIÃO AFRICANA

1. Que a Conferência cimeira da UA atribua à Comissão da UA e os Grupos Africanos em Nova Iorque e em Genebra o mandato de trabalhar num espírito de colaboração e levar por diante a apresentação desse pedido à Assembleia geral das Nações Unidas e ao Conselho dos Direitos Humanos, e prestar provas dos resultados dos seus esforços.
2. Que a Conferência cimeira da UA atribua também à Comissão da UA e os Grupos Africanos em Nova Iorque e em Genebra o mandato de levar por diante a apresentação de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a escravidão, o colonialismo, indemnizações e restituições. Além disso, atribuir à Comissão da UA e os Grupos Africanos em Nova Iorque e Genebra a missão de proceder à convocação de uma conferência internacional destinada a abordar a questão do tráfico de escravos, a escravidão, o colonialismo, a restituição e indemnizações. Essa conferência deverá ainda discutir medidas e estratégias destinadas a fazer face ao impacto adverso e duradouro resultante desses males históricos. A este respeito, outros intervenientes, incluindo outros estados Membros das Nações Unidas, a Comunidade das Caraíbas, a Diáspora Africana e

OSC pertinentes deverão empenhar-se no sentido de fazer avançar a Agenda que existe desde a Conferência de Durban de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

3. A Declaração e o Programa de Acção de Durban é um documento abrangente sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras intolerâncias. O estudo abarca e condena igualmente a histórica escravidão, o tráfico transatlântico de escravos, e exorta os Estados a assumirem a responsabilidade pelo papel que os mesmos desempenharam durante o período da escravatura.

4. Se bem que a África regista com agrado as medidas que tinham sido tomadas pelas Nações Unidas como factores que contribuíram para pôr fim ao colonialismo e aquelas para a memória das vítimas da escravidão. Nós consideramos necessário que o debate em torno deste assunto seja aprofundado com total consideração, tendo em conta a dimensão moral e social desta matéria e dos seus efeitos negativos sobre a África, os africanos e a população afro-descendente. Os Estados Membros das Nações Unidas parecem ter chegado a um consenso acerca da natureza deshumana da escravatura, e o impacto negativo que o jugo colonial teve sobre o desenvolvimento do continente africano e o progresso da população afro-descendente. À luz do que precede e tendo em conta o facto de que essa injustiça histórica em relação à causa fundamental das questões de desenvolvimento de África e o progresso da população afro-descendente, é pois, de suma importância que nos afastemos de meras retóricas, discursos e declarações que se tornaram habituais e enveredarmos por uma via mais resoluto, por forma a articular e adoptar resoluções que possam orientar os órgãos das NU e apelar aos estados para que adoptem acções concretas.

5. A resolução propriamente dita, corrigirá a histórica injustiça de que os africanos e os afro-descendentes suportaram, e restituirá a sua dignidade humana. Uma revisão exaustiva da Declaração de Durban e o apoio à Iniciativa da Gâmbia permitirão também que a justiça prevaleça sobre a impunidade e de uma vez por todas, assegurarão uma igualdade de condições para todas as nações e povos ao nível global, e que vivam como seres humanos de pleno direito, livres da subjugação e dos efeitos psicológicos devastadores do racismo, da escravidão e do colonialismo.

2016

Convening of another World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance (Item proposed by The Gambia)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4933>

Downloaded from African Union Common Repository